

À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS

RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2020

ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 13.259.179/0001-48, com sede social à Rua Lulu Lima, nº 540, Bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP nº 63660-000, vem, à presença de Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/93 e do item 9.5 do instrumento editalício, em face de sua inabilitação nesta Concorrência nº 03/2020, pelas razões de fato e direito a seguir relatados.

I. TEMPESTIVIDADE

1. Cabe mencionar que o artigo 109, inciso I, alínea *a* da Lei 8.666/93 prevê o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da ata, para interposição de Recurso Administrativo, nos seguintes termos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

2. Nesse sentido, considerando que a intimação do ato se deu no dia 04/11/2020 (quarta-feira), o prazo para apresentação das razões



recursais encerra-se no dia 11/11/2020 (quarta-feira), sendo, portanto, manifestamente tempestivo o presente Recurso.

II – DA SÍNTESE FÁTICA

3. Trata-se de certame publicado pela Prefeitura Municipal de Ijuí, cujo edital convocatório da Concorrência 03/2020 prevê que como objeto licitado a contratação de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e recicláveis, parcelados em dois lotes, quais sejam, serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares dentro dos limites do perímetro urbano, distrito ou localidades mencionadas do município de Ijuí e respectivo transporte até a unidade de transbordo e serviços de coleta de resíduos sólidos recicláveis dentro dos limites do perímetro urbano, distritos ou localidades mencionadas do município de Ijuí e entrega aos pontos de recebimento municipais, ambos conforme descrição no Projeto Básico e Planilha Orçamentária (Anexo X deste edital).
4. A Recorrente, por conta de seu espectro de atuação, qual seja, prestação de serviços relacionados às obras de urbanização (ruas, praças e calçadas) e obras de terraplenagem, participou do referido certame concorrencial.
5. Pontua-se, no entanto, que, embora tenha comprovado devidamente sua qualificação técnica, a ora Recorrente foi declarada inabilitada para participar das demais etapas do certame.
6. A partir de uma análise atenta ao caso, constata-se que não merecem prosperar as fundamentações apresentadas pela Comissão de Licitação, posto que a Certidão de Acervo Técnico e a licença ambiental apresentadas pela empresa atendem devidamente as exigências do processo licitatório, sendo a sua habilitação no certame medida que se faz necessária, sob pena de violação aos princípios norteadores do certame e de contrariar jurisprudência pacífica do TCU.



7. Diante dos fatos expostos, passa-se a comprovar, adequadamente, a ilegalidade da decisão que declarou a inabilitação da empresa Recorrente, razão pela qual requer-se a reforma para tornar a empresa ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI seja considerada apta a prosseguir nas demais fases da licitação em comento.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

8. Conforme brevemente exposto, a Recorrente foi inabilitada sob a fundamentação de que *“os atestados e ART’s apresentados pelo técnico responsável indicado não deixam explícitos a experiência em quantitativo compatível para o serviço de coleta seletiva”*, o que diverge de informação expressamente contida na Certidão de Acervo de Atestado (CAT) apresentada pela empresa.
9. Além disso, a inabilitação se deu em virtude de a licença de operação, exigida no item 7.1.4, alínea “e”, ter sido emitida pelo órgão ambiental do Ceará, e não pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Contudo, é nota-se que tal fundamentação representa nítida violação ao princípio da competitividade, bem como incompatibilidade com a Súmula nº 272 do TCU.
10. Ante os fatos explicitados, uma vez que a Administração Pública está adstrita aos princípios norteadores do próprio procedimento licitatório, bem como às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é imperioso que se reconheça a habilitação da empresa mencionada pelos fundamentos legais expostos a seguir.

III.1. DO PARCELAMENTO DO OBJETO LICITADO EM 2 LOTES. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CONCORRER AO LOTE 1. DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO REFERENTE AO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM VALORES QUANTITATIVOS EXPRESSOS.



11. Conforme já brevemente exposto, a Recorrente foi considerada inabilitada do certame em questão sob a fundamentação de que o atestado apresentado pela empresa não contém expressamente o quantitativo compatível para o serviço de coleta seletiva.

12. Inicialmente, cabe destacar que o art. 23, §1º da Lei nº 8.666/1993 estabelece que a Administração Pública, nos procedimentos de contratação de serviço, compras e obras, poderá dividir o objeto licitado em parcelas, com vistas a ampliar a competitividade do processo licitatório, *in verbis*:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

13. Nesse sentido, cita-se entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União em que se reitera o disposto no art. art. 23, §1º da Lei nº 8.666/1993

REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. OITIVA PRÉVIA. PROCEDÊNCIA. ANULAÇÃO DO CERTAME PELA ENTIDADE PROMOTORA. REPRESENTAÇÃO PREJUDICADA POR PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NOTIFICAÇÃO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

9.2.2. à luz do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e do art. 3º da Lei 8.666/1993, para cada lote em disputa as regras licitatórias aplicam-se como se fossem em certames diferentes, não devendo haver exigência de acumulação de atestados de capacidade técnico-operacional; (TCU, Plenário. Acórdão nº 1516/2013, Relator Ministro VALMIR CAMPELO. j. 19/06/2013).

14. Repise-se que, no caso em comento, o objeto licitado foi parcelado em dois lotes distintos, nos moldes do item 1 do instrumento editalício, razão pela qual a comprovação da qualificação técnica deve ser

realizada pelas empresas participantes de modo individual para cada lote, considerando que a contratação de ambos será independente.

15. Considerando que a empresa Recorrente demonstrou interesse em concorrer somente para contratação do Lote 1, a qualificação técnica a ser comprovada refere-se apenas a execução de serviços compatíveis com a coleta de resíduos sólidos domiciliares.
16. À vista, disso, resta nítida tal comprovação, com base na Certidão de Acervo Técnico (CAT) apresentada pela Recorrente, a qual descreve expressamente o quantitativo executado pela empresa, qual seja, 39.301,76 (trinta e nove mil, trezentos e um e setenta e seis) toneladas durante o período de 16 (dezesseis) meses de prestação de serviço, conforme se vê adiante:

Serviços de coleta manual e mecanizada (incluso disponibilização, manutenção e conservação de container) e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU), realizados através de veículos compactadores (15 m ³), caçambas basculantes (12 m ³), com rastreamento via satélite até a destinação final indicada pela contratante. Incluso a disponibilização de 04 equipes, formadas por 01 motorista e 03 coletores.	16	Ton	2.456,36	39.301,76
		M ³	1.310,46	20.967,36
		h.H/MÊS	2.400,00	38.400,00

Figura I – Trecho do Certidão de Acervo Técnico (CAT) que demonstra sua qualificação técnica

17. É evidente, portanto, que o documento apresentado pela ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI cumpre os requisitos previstos no item 7.1.4, alínea “b.3)” do edital, visto que comprova a execução de serviço de coleta de resíduos sólidos, o qual é compatível com o objeto licitado correspondente ao lote 1 em características e quantidades, pelo prazo superior ao mínimo exigido, qual seja, 1 (um) ano.
18. Deste modo, amparado no que fora acima ponderado, requer-se a reforma da decisão de inabilitação da empresa Recorrente para que esta seja devidamente habilitada na Concorrência nº 03/2020, uma vez que a Certidão de Acervo Técnico indica expressamente o quantitativo executado pela empresa.

III.2. DA VEDAÇÃO À INCLUSÃO DE EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO OU QUESITO DE PONTUAÇÃO QUE ENSEJE CUSTOS AO LICITANTE EM MOMENTO ANTERIOR À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. SÚMULA Nº 272 DO TCU.

19. No que tange ao item 7.1.4, alínea “e” do edital, tem-se que a Administração exige requisito para comprovação de qualificação técnica que também viola o caráter competitivo do certame, bem como incorre em custos dispensáveis para as empresas proponentes em momento anterior à celebração do contrato.
20. Isso porque ao exigir licença ambiental emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a qual está vinculada à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, a Administração incorre em restrição ao caráter competitivo do certame sem que exista qualquer justificativa plausível.
21. Ressalta-se que a Administração Pública não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, em respeito ao princípio da competitividade.
22. Tal princípio direciona o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados em participar do certame. É justamente nesta perspectiva que a Lei nº 8.666/93 veda, no art. 3º, §1º, I, todo e qualquer ato que restrinja ou frustre o caráter competitivo da licitação:

Art. 3º, §1º **É vedado** aos agentes públicos:

I- **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;



23. Assim, qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objetivo do contrato não pode ser incluída no Edital, sob pena de odiosa restrição à competição. Por isso, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, a fim de que a seleção final da licitação ocorra da melhor forma possível, sob pena de comprometimento reflexo ao princípio constitucional da igualdade, manifestado por meio da competição nos procedimentos licitatórios.

24. Em face das informações apresentadas, é possível verificar que, no presente caso, a apresentação de licença ambiental expedida por fundação localizada em estado diverso daquele em que se situa a sede da empresa participante do certame impõe, excessivamente, condição relativa à habilitação que enseja custos desnecessários à presente etapa do processo licitatório, considerando que tais licenças são onerosas e que, usualmente, as empresas participam de licitações em diversos municípios.

25. Nesse sentido, cita-se ainda o teor da Súmula nº 272 do Tribunal de Contas da União¹, que trata especificamente da matéria, reforçando tal entendimento, que está amparado na legislação constitucional e infraconstitucional, *in verbis*:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

26. Ora, sem fundamentar a razão pela qual a licença ambiental deve ser expedida pela FEPAM, e não pelo órgão responsável do Estado em que se situada a sede da empresa participante da concorrência em comento, resta demonstrado que a condição apresentada pelo Impugnado é desarrazoada, comprometendo o caráter competitivo do processo licitatório. Observe-se como o Tribunal de Contas da União

¹ UNIÃO, Tribunal de Contas da. **Súmulas Nº 001 a 289**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A25753C20F0157679AA5617071&inline=1>. Acesso em: 25 ago. 2020.

tem abordado em suas decisões a restrição à competitividade nos procedimentos licitatórios:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. IMPROPRIEDADES NA CONDUÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. (...) 2. **É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames.** (...) (Processo n. 009.786/2006-3 – Acórdão n. 539/2007/Plenário – Relator: Marcos Bemquerer – Data da sessão: 04/04/2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.3. com fundamento no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Agência Nacional de Aviação Civil que, em futuras licitações destinadas à contratação de serviços de agenciamento de viagens: (...) 9.3.3. **atente para que as exigências de habilitação sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal c/c os arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93** (...). (Processo n. 027.446/2006-0 – Acórdão n. 112/2007/Plenário – Relator: Ubiratan Aguiar – Data da sessão: 07/02/2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.4. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, determinar à Casa da Moeda do Brasil que, na elaboração de seus editais de licitação, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/1988 e aos arts. 3º, 27 a 31, 40, inciso VII, 44, caput e § 1º, e 45 da Lei 8.666/1993, **envide esforços de modo a limitar as exigências editalícias ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e a definir de maneira clara os critérios para avaliação dos documentos habilitatórios e das propostas apresentadas pelas licitantes, evitando restrição ao caráter competitivo do certame e julgamento subjetivo;** (Processo n. 016.798/2005-6 – Acórdão n. 110/2007/Plenário – Relator: Ubiratan Aguiar – Data da sessão: 07/02/2007).

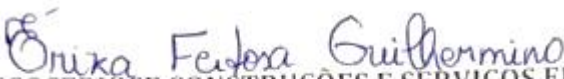


27. Resta indubitavelmente claro, portanto, que a Administração Pública deve conduzir a licitação de modo a possibilitar a ampla participação de empresas competidoras, visto que essa competição irá propiciar ao ente público a obtenção da proposta mais vantajosa. **Reforça-se que qualquer limitação injustificada que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo da licitação deve ser considerada ilegítima.**
28. Desse modo, é imperioso que se reconheça que a inabilitação da Recorrente sob a fundamentação ora impugnada é indevida, visto que restringe o caráter competitivo da licitação conduzida pelo Poder Público, bem como contraria a Súmula nº 272 do TCU.


IV. DOS PEDIDOS

29. Diante de todo o exposto, requer a Vossa Senhoria que se digne a **REFORMAR** a decisão de inabilitação da Recorrente, tornando-a apta a prosseguir nas demais fases do procedimento licitatório em comento, tendo em vista que restou devidamente demonstrada a comprovação da qualificação técnica por meio de Certidão de Acervo Técnico, em que consta expressamente o quantitativo compatível para o serviço de coleta de resíduo sólido, bem como comprovada a autorização para operar mediante apresentação de licença ambiental expedida por órgão competente, em conformidade com os princípios regentes dos procedimentos licitatórios e à jurisprudência do TCU.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2020.


ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 13.259.179/0001-48
Érika Feitosa Guilhermino
Procuradora
CPF: 051.371.733-12

ERIKA
FEITOSA
GUILHERMINO
O:05137173
312
Assinado de
forma digital por
ERIKA FEITOSA
GUILHERMINO:05
137173312
Dados: 2020.11.11
13:35:36 -03'00'


 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria do Desenvolvimento Econômico			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="text-align: center; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">23600149390</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="text-align: center; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">2305</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: ECOSERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

 CEP2000191733

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

TAUA
Local

17 Setembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	□	□	□	□
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	□	□	□	□
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
	Presidente da _____ Turma			

OBSERVAÇÕES


Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5466103 em 18/09/2020 da Empresa ECOSERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, Nire 23600149390 e protocolo 201310597 - 17/09/2020. Autenticação: 1B4CB74688CC7CA44D3538FC254B2DF567827525. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/131.059-7 e o código de segurança nljH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.


LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/131.059-7	CEP2000191733	17/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
048.613.869-00	ROBERTO GONCALVES MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5466103 em 18/09/2020 da Empresa ECOSERVICE CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI, Nire 23600149390 e protocolo 201310597 - 17/09/2020. Autenticação: 1B4CB74688CC7CA44D3538FC254B2DF567827525. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/131.059-7 e o código de segurança nljH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ 13.259.179/0001-48
NIRE 23600149390

ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE EIRELI Nº. 02

ROBERTO GONÇALVES MOREIRA, brasileiro, nascido em 21/03/1985, natural de Fortaleza/CE, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 048.613.869-00, RG nº 20083941007 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Araucária, 18, bairro Cajazeiras, CEP 60.864-515, Fortaleza/CE, titular da empresa individual de responsabilidade limitada **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC sob o NIRE 23600149390, inscrita no CNPJ 13.259.179/0001-48, estabelecida na Rua Lulu Lima, 540, bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP 63.660-000, resolve alterar o ato constitutivo como a seguir se contrata:

Cláusula 1ª – A EIRELI resolve alterar o nome fantasia para **URBANA LIMPEZA**.

Cláusula 2ª – A EIRELI terá como objeto social as atividades de Construção de edifícios; Obras de terraplenagem, aluguel com operador de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem; Obras de bombeamento de drenagem; Construção, manutenção, e recuperação rodoviária compreendendo a pavimentação asfáltica de auto estradas, rodovias, vias não urbanas, pontes, viadutos, túneis, pistas de aeroportos, a instalação de barreiras acústicas, a construção de pontes de pedágios, serviços de tapa buracos, a sinalização de vias urbanas, ruas, praças, calçadas e locais para estabelecimento de veículos, estradas rodoviárias, ferrovias e de pista de aeroporto, a pavimentação em pedra tosca; Instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes; Transporte rodoviário de cargas; Coleta de resíduos perigosos e não perigosos; Locação de veículos sem condutor; Serviço de transporte de passageiros, Locação de automóveis com motorista; Locação de máquinas e equipamentos para construção, sem operador, inclusive andaimes, retroescavadeira, bob kart, pás mecânicas, seja para entes públicos ou privados; Tratamento e disposição de resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de resíduos perigosos, compreendendo animais intoxicados vivos ou mortos; Atividades paisagísticas compreendendo o plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados de: prédios residenciais, comerciais, industriais, piscinas, lagos, canais, quadras de esportes, parques recreacionais, públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais; Atividades de limpeza e tratamento de ruas, piscinas, chaminés, fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, máquinas industriais, em trens, ônibus, embarcações, tanques marítimos, caixas de água e caixas de gordura.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social em tudo aquilo não alcançada por este instrumento.

Vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato, com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO AO ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**

ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

ROBERTO GONÇALVES MOREIRA, brasileiro, nascido em 21/03/1985, natural de Fortaleza/CE, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5466103 em 18/09/2020 da Empresa ECOSERVICE CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI, Nire 23600149390 e protocolo 201310597 - 17/09/2020. Autenticação: 1B4CB74688CC7CA44D3538FC254B2DF567827525. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/131.059-7 e o código de segurança nljH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

sob o nº 048.613.869-00, RG nº 20083941007 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Araucária, 18, bairro Cajazeiras, CEP 60.864-515, Fortaleza/CE, titular da empresa individual de responsabilidade limitada **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC sob o NIRE 23600149390, inscrita no CNPJ 13.259.179/0001-48, estabelecida na Rua Lulu Lima, 540, bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP 63.660-000, resolve consolidar o ato constitutivo como a seguir se contrata:

Cláusula 1ª – A empresa girará sob o nome Empresarial de **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** e usará como nome fantasia a expressão **URBANA LIMPEZA**, tendo sede e domicílio na Rua Lulu Lima, 540, bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP 63.660-000.

Cláusula 2ª – O capital é de R\$ 3.501.000,00 (três milhões e quinhentos e hum mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

Parágrafo Único – A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

Cláusula 3ª – O objeto da EIRELI compreende as atividades de Construção de edifícios; Obras de terraplenagem, aluguel com operador de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem; Obras de bombeamento de drenagem; Construção, manutenção, e recuperação rodoviária compreendendo a pavimentação asfáltica de auto estradas, rodovias, vias não urbanas, pontes, viadutos, túneis, pistas de aeroportos, a instalação de barreiras acústicas, a construção de pontes de pedágios, serviços de tapa buracos, a sinalização de vias urbanas, ruas, praças, calçadas e locais para estabelecimento de veículos, estradas rodoviárias, ferrovias e de pista de aeroporto, a pavimentação em pedra tosca; Instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes; Transporte rodoviário de cargas; Coleta de resíduos perigosos e não perigosos; Locação de veículos sem condutor; Serviço de transporte de passageiros, Locação de automóveis com motorista; Locação de máquinas e equipamentos para construção, sem operador, inclusive andaimes, retroescavadeira, bob kart, pás mecânicas, seja para entes públicos ou privados; Tratamento e disposição de resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de resíduos perigosos, compreendendo animais intoxicados vivos ou mortos; Atividades paisagísticas compreendendo o plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados de: prédios residenciais, comerciais, industriais, piscinas, lagos, canais, quadras de esportes, parques recreacionais, públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais; Atividades de limpeza e tratamento de ruas, piscinas, chaminés, fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar, máquinas industriais, em trens, ônibus, embarcações, tanques marítimos, caixas de água e caixas de gordura.

Cláusula 4ª – A Empresa iniciou suas atividades em 10 de Fevereiro de 2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª – A administração da EIRELI será exercida por **ROBERTO GONÇALVES MOREIRA**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da EIRELI.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se ao Titular, nos limites de seus poderes, constituir Procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.



Parágrafo Segundo – Poderão ser designados Administradores não titular, na forma prevista no Art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

Cláusula 6ª – EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Cláusula 7ª – O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de “Pro Labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 8ª – O Exercício financeiro coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano será elaborado Inventário, Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, cabendo ao Titular os Lucros ou Perdas Apurados.

Parágrafo único – A empresa poderá levantar balanços em períodos inferiores a 12(doze) meses, e com o resultado aumentar o capital social e/ou distribuir lucros.

Cláusula 9ª – Declaro que não possuo nenhuma outra Empresa dessa modalidade registrada.

Cláusula 10ª – O titular **ROBERTO GONÇALVES MOREIRA** declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a Administração da Empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé Pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Cláusula 11ª – Para todas as ações que possam vir do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Tauá/CE, com renúncia a qualquer outro por mais privilégio que seja.

O titular assina o presente instrumento, em via única a ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará.

Tauá/CE, 03 de Setembro de 2020.

ROBERTO GONÇALVES MOREIRA
Titular/Administrador





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/131.059-7	CEP2000191733	17/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
048.613.869-00	ROBERTO GONCALVES MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5466103 em 18/09/2020 da Empresa ECOSERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, Nire 23600149390 e protocolo 201310597 - 17/09/2020. Autenticação: 1B4CB74688CC7CA44D3538FC254B2DF567827525. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/131.059-7 e o código de segurança njH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/8



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ECOSERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, de NIRE 2360014939-0 e protocolado sob o número 20/131.059-7 em 17/09/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5466103, em 18/09/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Évora Máximo De Carvalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.613.869-00	ROBERTO GONCALVES MOREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.613.869-00	ROBERTO GONCALVES MOREIRA

Fortaleza, Sexta-feira, 18 de Setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Évora Máximo De Carvalho, Servidor(a) Público(a), em 18/09/2020, às 20:11 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucec](http://portalservicos.jucec.ce.gov.br) informando o número do protocolo 20/131.059-7.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Junta Comercial do Estado do Ceará

Fortaleza. Sexta-feira, 18 de Setembro de 2020



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5466103 em 18/09/2020 da Empresa ECOSERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, Nire 23600149390 e protocolo 201310597 - 17/09/2020. Autenticação: 1B4CB74688CC7CA44D3538FC254B2DF567827525. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/131.059-7 e o código de segurança nljH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Proibido Plástico

Polegar Direito

Roberto G. Moreira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS APRI & FILHO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008394100-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/2015

NOME **ROBERTO GONÇALVES MOREIRA**

FILIAÇÃO **RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA**
ANTONIA GONÇALVES MOREIRA

NATURALIDADE **FORTALEZA - CE** DATA DE NASCIMENTO **21/03/1985**

DOC. ORIGEM **CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: PARANGABA TERMO: 56 FOLHA: 28V**

LIVRO: B-1 AUX FORTALEZA - CE

CPF **048.613.869-00** RG: ANT: **4118159**

2 VIA *Act. Gde. J. M. J.* ASSINATURA DO DIRETOR **P.: 1**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS APRI & FILHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/08/2020 13:35:58 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 91971408204357070629-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1293ece39d5f2f682abb2d3145bea062c9b63e6d3aa7d49cdbb03e3767791be20d490ad86148612048cad935be2dde72a2790947391a51d18dc235eea344d981



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



Cartório Ossian Araripe

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ FORTALEZA

Tabelião: SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE
Tabelião Substituto: PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE



TRASLADO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ (EM): ECOSERVICE CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI ME.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que em vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte (25/01/2020), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, neste Cartório a meu cargo, sito à Rua Major Facundo, 673/679, compareceram, perante mim, Escrevente, **JOSILENE ALVES MONTENEGRO**, compareceu como outorgante: **ECOSERVICE CONSTRUÇOES E SERVIÇOS EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.259.179/0001-48, com sede na Rua Lulu Lima, nº 540, Bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP: 63660-000, neste ato representada por, **ROBERTO GONÇALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identificação nº 1741052 - CTPS/SC, RG nº 20083941007-SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 048.613.869-00, residente e domiciliado na Rua Araucária, nº 18, Bairro Cajazeiras, em Fortaleza/CE, CEP: 60864-515, o(a)(s) qual(is) declarou(ram), sob as penas da lei, estar autorizado(a)(s) pelo(a)(s) respectivo contrato social do(a)(s) outorgante(s), a conferir a terceiros, todos os poderes constantes do presente instrumento, circunstancia que deverá ser comprovada pelo(a)(s) representante(s) do(a)(s) outorgante(s) e/ou pelo(a)(s) outorgado(a)(s), quando da pratica de qualquer ato com esteio neste mandato; reconhecido(a)(s) como o(a) próprio(a) por mim Escrevente. E, por ele(a)(s) representado(a) como vem, me foi dito, que por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(a)(s) bastante(s) procurador(a)(es): **KAUANE PEDROSA DE SOUSA**, brasileira, solteira, auxiliar administrativa, portadora do documento de identificação nº 2007597701-4 - SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 060.521.293-79 e/ou **ERIKA FEITOSA GUILHERMINO**, brasileira, solteira, supervisora, portadora do documento de identificação nº 2008010431450 - SSP/CE e inscrita no CPF sob o nº 051.371.733-12, todos com endereço profissional na Rua Lulu Lima, nº 540, Bairro Tauazinho, Tauá/CE, CEP: 63660-000, quem confere(m) poderes para representar a empresa em licitações nas modalidades de Carta Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, Economia Mista, Empresas Privadas e Autarquias, realizadas pelo setor público Federal, Estadual e Municipal, participar de concorrências públicas e/ou privadas, podendo para tanto requerer, receber editais, outorgar procuradores, argumentar, discordar, dar lances verbais, assinar atas e contratos de fins licitatórios, assinar propostas de preços, firmar compromissos, interpor ou desistir de recursos administrativos, solicitar certidão e documentos, fazer cadastro e assinar todos os atos que se tornem indispensáveis para o bom e fiel cumprimento das obrigações aqui citadas, enfim, cumprimento e desempenho deste mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE DE DE DOIS (02) ANOS A CONTAR DESTA DATA. Este instrumento deve ser lido com atenção, pois eventuais erros, causados pela declaração das partes, serão corrigidas, até 30 (trinta minutos) após a fixação do Selo Digital. CERTIFICO**

Rua Major Facundo, nº 673/679 - Centro - Fortaleza - Ceará - CEP: 60025-100 - Pabx:(85) 3231.9974 - Fax:(85) 3252.4816
Email: procuracao@cartorioararipe.com.br - CNPJ: 06.573.836/0001-61

continua na próxima página....

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autenticado a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ***** Confira os dados do ato em: https://seelodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/91972707202696123599



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 91972707202696123599-1
Data: 27/07/2020 15:47:16
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKG42176-O9NE;



CNPJ: 06.573.836/0001-61

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válder Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

TJPB



que a qualificação do(a)s outorgante(s) e outorgado(a)s e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelas partes que se responsabilizam civil e criminalmente por sua veracidade. DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR. E como assim o disse, do que dou fé, lavrei este instrumento, que lhe sendo lido e achado conforme, aceita e assina como abaixo se vê. Eu, [assinatura] DARA KEURY LIMA XAVIER, Auxiliar de Escrevente, a digitei. Eu, (a) [assinatura], Escrevente, fiscalizei a apresentação de todas as certidões e parte formal. Eu [assinatura] JOSILENE ALVES MONTENEGRO, Escrevente Autorizada a subscrevi, conferi e assino em público e raso de que uso, após a(s) parte(s). 2003 - Procuracao comum - Pessoa Juridica: (Emolumentos: R\$ 46,61, Fermoju: R\$ 3,99, Selo: R\$ 5,13, ISS: R\$ 1,58, FAADEP: R\$ 1,58, FRMMP: R\$ 1,58): - Total: R\$ 60,47 ; 5023 - Digitalização: (Emolumentos: R\$ 4,44, Fermoju: R\$ 0,23, Selo: R\$ 0,78, ISS: R\$ 0,22, FAADEP: R\$ 0,22, FRMMP: R\$ 0,22): - Total: R\$ 6,11 ; Copia Autenticada: (Emolumentos: R\$ -7,84, Fermoju: R\$ 3,99, Selo: R\$ 5,13, ISS: R\$ 1,58, FAADEP: R\$ 1,58, FRMMP: R\$ 1,58): - Total: R\$ 6,02 Totais: (Emolumentos: R\$ 43,21, Fermoju: R\$ 8,21, Selo: R\$ 11,04, ISS: R\$ 3,38, FAADEP: R\$ 3,38, FRMMP: R\$ 3,38): - Total: R\$ 72,60 (aa) **ROBERTO GONÇALVES MOREIRA**. Traslada em 25 de Janeiro de 2020.

Em testemunho

da verdade.

[assinatura]
Cartório Ossian Araripe
Josilene Alves Montenegro
Escrevente

[assinatura]
JOSILENE ALVES MONTENEGRO
Escrevente Autorizada

**VÁLIDO SOMENTE COM
SELO DE
AUTENTICIDADE.**



Rua Major Facundo, nº 673/679 - Centro - Fortaleza - Ceará - CEP: 60025-100 - Pabx:(85) 3231.9974 - Fax:(85) 3252.4816
Email: procuracao@cartorioararipe.com.br - CNPJ: 06.573.836/0001-61

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **27/07/2020 18:31:12 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 91972707202696123599-1 91972707202696123599-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba41bced2104c187f74c84a3d0de99193f97fdb662d5feb37e74151fa0374abbf331207cea02178732c0d4762ccbf7887a2790947391a51d18dc235eea344d981



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ERIKA FEITOSA GUILHERMINO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2008010431450 SSP CE

CPF
051.371.733-12 DATA NASCIMENTO
14/06/1991

FILIAÇÃO
FRANCISCO ADAILTON
MOURA GUILHERMINO
FRANCISCA ROBERIA
FEITOSA GUILHERMINO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05327687278 VALIDADE
19/07/2021 1ª HABILITAÇÃO
13/10/2011

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR
Erika Feitosa Guilhermino

LOCAL
FORTALEZA, CE DATA EMISSÃO
27/07/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
IGOR VASCONCELOS PONTE 44564106444
CE154549479

DETRAN - CE (CEARA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1289786401

PROIBIDO PLASTIFICAR
1289786401

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5404

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 91972811191059280581-1; Data: 28/11/2019 11:02:51

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJL62587-MSDY;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valdier Azevedo de Miranda Cavalcanti
Título

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **28/11/2019 15:42:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1402837

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **28/11/2020 11:02:51 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 91972811191059280581-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bd55baf5eccd4ac64efeb4ef98a59fad8463149327545a7a31cc0adff8b518bbca2790947391a51d18dc235eea344d981593471ce3333bae423cd579cc38f6916

Certifica - Autoridade Certificadora
Credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

